

Boletim
Resultado Fiscal Estrutural
2015

MINISTRO DA FAZENDA
Nelson Henrique Barbosa Filho

SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA
Manoel Carlos de Castro Pires

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA
Jeferson Luis Bittencourt

COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA
Fabiano Silvio Colbano

COORDENADOR DE POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA
Rodrigo André de Castro Souza Rêgo

Boletim Resultado Fiscal Estrutural - 2015

Equipe Técnica

*Caio Guimarães Figueiredo
Daniel Catrib de Azevedo Lemos
Leonardo Carvalho de Mello
Luciano de Castro Pereira
Luíza Basilio Lage
Marcos Henrique Benício Araújo
Seiji Kumon Fetter*

É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P
Edifício Sede do Ministério da Fazenda, 3º andar, sala 320
Brasília – DF, CEP 70.048-900
Brasil
Tel.: (61) 3412-2339 / 3412-2322

RESULTADO ESTRUTURAL

RESULTADO 2015

Introdução

O resultado primário do setor público consolidado passou de -0,6% do PIB em 2014 para -1,9% no ano passado, segundo dados do Banco Central do Brasil. No entanto, as estatísticas fiscais normalmente são afetadas por fatores alheios à atuação direta do governo. Exemplo disso é que nos últimos anos a atividade econômica tem afetado fortemente a arrecadação tributária, com sérias consequências sobre o resultado fiscal. Da mesma maneira, eventos de grande materialidade em termos financeiros, e que não representam uma mudança permanente na posição fiscal do país, também afetaram o resultado primário.

A solução dada internacionalmente para a necessidade de se ajustar as estatísticas fiscais pelos fatores mencionados é calcular o resultado fiscal estrutural. A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, por intermédio de duas edições da publicação Monitor Fiscal, propôs uma metodologia, analisada em detalhes, para este indicador. Por esta metodologia o resultado fiscal estrutural pode ser definido como aquele resultado consistente com o PIB tendencial, com preços dos ativos (em especial o petróleo) ao nível do equilíbrio de longo prazo e livre dos efeitos de eventos não recorrentes (esporádicos). Dessa forma, o resultado fiscal estrutural representa a poupança gerada pelo esforço discricionário e recorrente do setor público, que contribui para a solvência de longo prazo do Estado brasileiro.

Como se depreende da definição, os dois componentes básicos do cálculo do resultado estrutural são o efeito cíclico e os eventos não recorrentes. Como fica claro nas edições do Monitor disponíveis no site da SPE, a definição destes dois componentes tem consequências e limitações decorrentes das opções metodológicas. Uma limitação dos resultados apresentados é a dependência da metodologia do PIB potencial, que gera instabilidade do resultado, e que inexistente no caso do indicador convencional. Outro aspecto metodológico que afeta a estimativa do indicador é a classificação do que é despesa ou receita não recorrente, que acaba sempre por carregar alguma subjetividade. Estas características do resultado estrutural devem ser levadas em conta nas interpretações e no uso normativo do indicador.

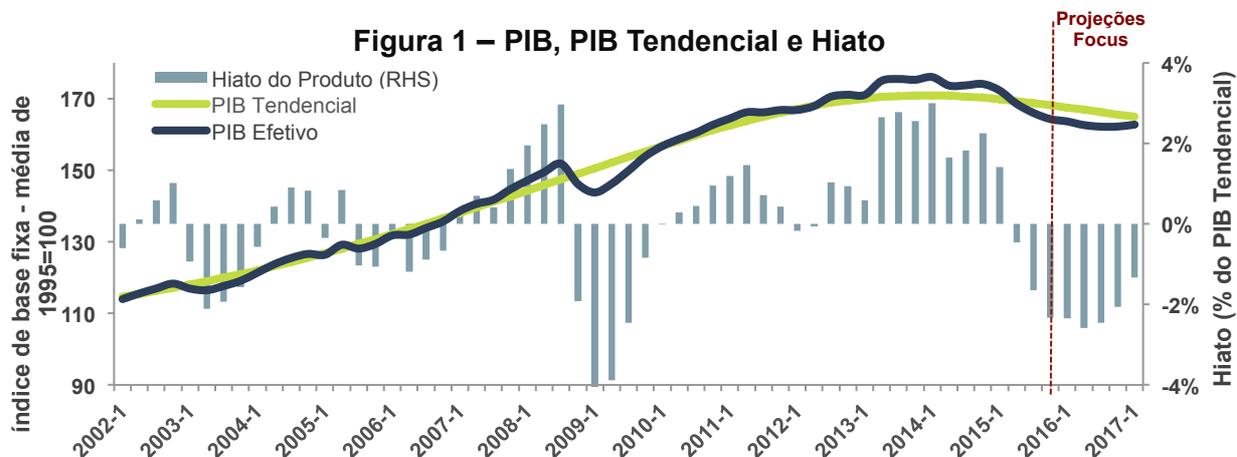
Neste sentido, a fim de cumprir seu papel institucional e contribuir para o monitoramento da política fiscal, a partir deste Boletim 2015 a SPE, publicará o indicador de resultado primário estrutural anualmente, após a divulgação do PIB e disponibilizará as tabelas das estimações em bases anual e trimestral. Vale reforçar, que essa publicação está embasada na metodologia disponibilizada nas edições do Monitor Fiscal presentes neste site, onde a série em planilha eletrônica do indicador também estará acessível.

Resultado Primário Estrutural

De acordo com a metodologia proposta pela SPE, dois fatores são determinantes do componente cíclico do resultado fiscal: o PIB tendencial, que é uma aproximação do PIB potencial, e o preço tendencial do petróleo. A partir do segundo trimestre de 2015, o componente cíclico do resultado primário se tornou negativo, em função da

Resultado Estrutural - 2015

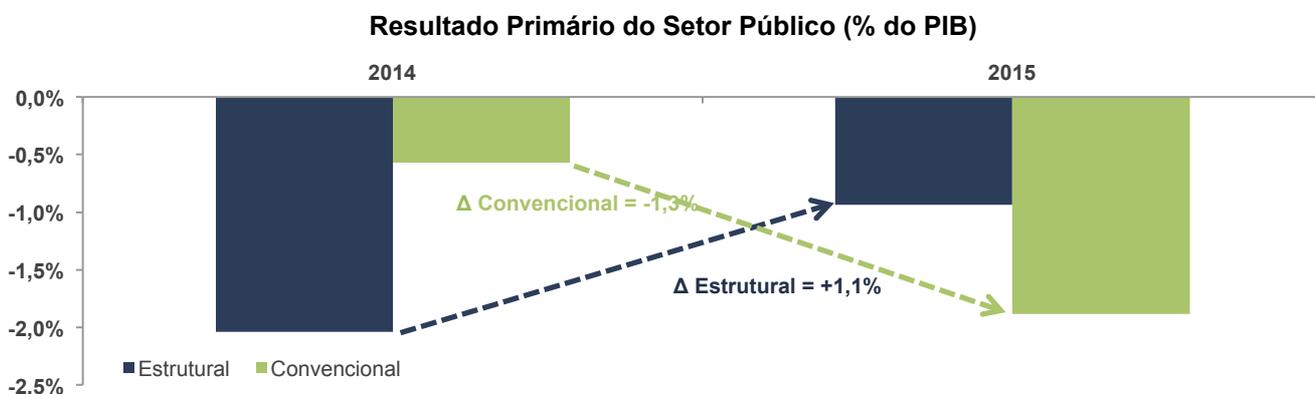
queda do crescimento do PIB, que passou de +0,1%, em 2014, para -3,8% em 2015. Isto é, o hiato do produto (cálculo pela metodologia do Filtro HP) se tornou negativo. Adicionalmente, o preço do petróleo ficou abaixo da tendência de longo prazo a partir do último trimestre de 2014.



Em 2015, houve redução das receitas não recorrentes em comparação com o ano de 2014. De acordo com os critérios de classificação adotados, estas receitas somaram 0,49% do PIB no ano de 2014 e 0,28% do PIB em 2015. Além de algumas arrecadações extraordinárias, decorrentes da transferência de ativos entre empresas no montante de 4,6 bilhões e da recuperação de débitos em atraso em decorrência de ações fiscais da administração tributária no valor de 7,5 bilhões de reais, o mais expressivo evento considerado não recorrente para o cálculo do resultado estrutural foi o pagamento de passivos em decorrência do entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015, ratificado pelo Acórdão nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015) realizado em dezembro de 2015, conforme divulgado no relatório do Resultado do Tesouro Nacional de dezembro.

Assim, o resultado estrutural apresentou uma melhora em 2015, passando de -2,0% do PIB em 2014 para -0,9%, representando uma variação de +1,1%. Em outras palavras, o esforço fiscal estrutural de 2015 foi de +1,1% do PIB. Isso sugere que medidas para o ajuste fiscal em 2015, que serão detalhadas nos próximos parágrafos, foram efetivas do ponto de vista do indicador de resultado estrutural adotado.

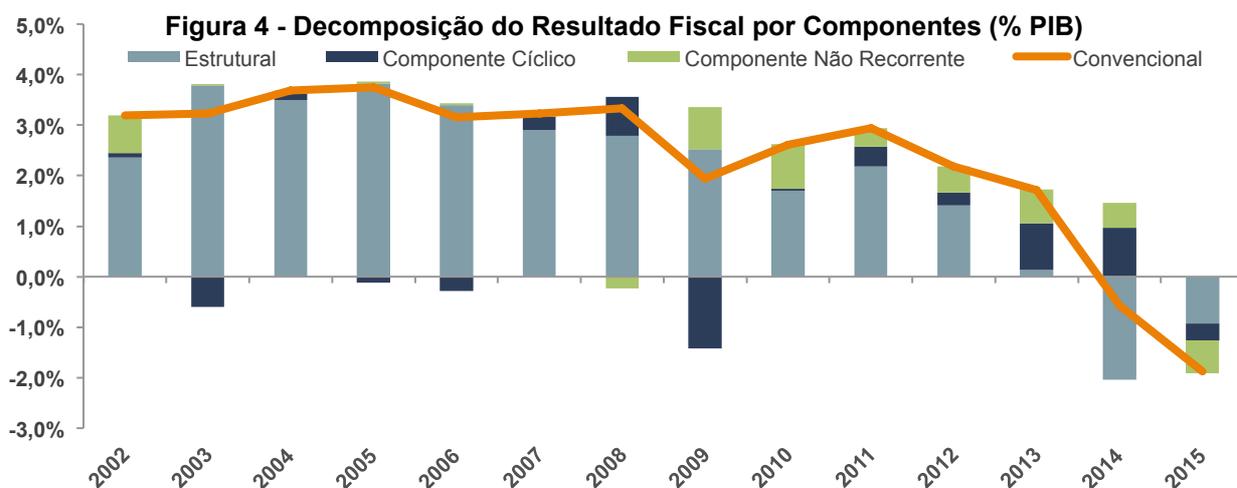
O gráfico abaixo apresenta a evolução do indicador convencional e do resultado estrutural e o seguinte apresenta a decomposição do resultado estrutural do setor público por componentes.



Alguns comentários são válidos sobre a variação dos componentes entre 2014 e 2015. Em primeiro lugar, o componente não recorrente é em média positivo e reflete os valores recebidos com concessões, além de outros eventos extraordinários. Em 2015, o pagamento de passivos de acordo com o Acórdão TCU, mencionado acima, foi

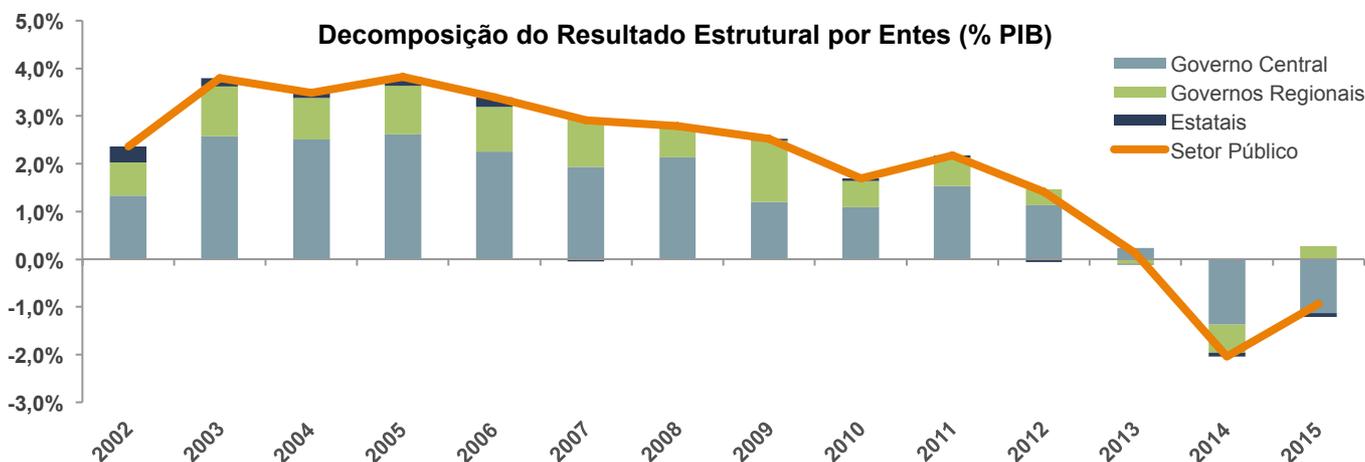
Resultado Estrutural - 2015

considerado uma despesa não recorrente e excluído do cálculo do resultado estrutural. Considerando a redução de receitas não recorrentes anteriormente citadas, somadas a esse evento da despesa, o resultado não recorrente foi negativo pela primeira vez desde 2008, ano em que a despesa com a criação do Fundo Soberano Brasileiro foi considerada não recorrente. Mesmo assim, a SPE realizou um exercício comparando o procedimento adotado com o resultado estrutural partindo da apuração de resultado primário divulgada pelo Banco Central do Brasil, com algumas despesas com subsídios afetando o resultado primário pelo critério de competência e não pelo critério de caixa e percebe-se que há pouca variação do impulso fiscal de 2014 para 2015. Este exercício é apresentado detalhadamente na última edição do Monitor Fiscal disponível no site. Outra consideração diz respeito à evolução do componente cíclico, pois o mesmo foi apurado com base num PIB tendencial estimado por filtro HP. Conforme mencionado anteriormente, essa estimativa é instável e pode sofrer forte revisão em função da evolução da trajetória do PIB nos próximos trimestres da série considerada.



Em linhas gerais, a evolução do resultado estrutural para o governo central, ao longo de 2015, ocorreu por medidas de aumento de alíquotas de impostos (CIDE, IPI, IOF), que amenizaram a desaceleração da arrecadação, pela economia de recursos gerada pela alteração das regras de concessão do abono salarial, seguro desemprego e pensão por morte pelo corte de gastos discricionários em 2015. Vale mencionar, como parte do esforço fiscal do governo central, que as despesas discricionárias, em termos reais, voltaram a nível inferior ao registrado no exercício de 2013, conforme mencionado no Resultado do Tesouro Nacional.

Outro ponto de destaque da melhora do resultado do setor público foi a evolução do resultado estrutural de estados e municípios, que passou de um déficit de 0,6% do PIB em 2014 para um superávit de 0,3% do PIB em 2015 e representou, aproximadamente, três quartos do esforço fiscal do setor público.



Decomposição do Resultado Primário Convencional (% PIB)

Ano	Governo Central			Governos Regionais			Empresas Estatais		Setor Público			
	Convencional	Comp. Cíclico	Comp. Não Recor. Estrutural	Convencional	Componente Cíclico	Estrutural	Convencional		Convencional	Comp. Cíclico	Comp. Não Recor. Estrutural	
2002	2,14%	0,07%	0,74%	0,71%	0,02%	0,70%	0,33%		3,19%	0,09%	0,74%	2,36%
2003	2,26%	-0,34%	0,02%	0,80%	-0,23%	1,04%	0,18%		3,24%	-0,58%	0,02%	3,80%
2004	2,68%	0,10%	0,06%	0,89%	0,03%	0,86%	0,12%		3,69%	0,13%	0,06%	3,49%
2005	2,57%	-0,09%	0,04%	0,98%	-0,03%	1,01%	0,19%		3,74%	-0,12%	0,04%	3,82%
2006	2,13%	-0,16%	0,04%	0,82%	-0,12%	0,94%	0,20%		3,15%	-0,28%	0,04%	3,39%
2007	2,19%	0,17%	0,08%	1,10%	0,08%	1,02%	-0,05%		3,24%	0,26%	0,08%	2,91%
2008	2,29%	0,38%	-0,23%	0,98%	0,39%	0,59%	0,05%		3,33%	0,77%	-0,23%	2,79%
2009	1,27%	-0,76%	0,84%	0,63%	-0,65%	1,28%	0,04%		1,94%	-1,41%	0,84%	2,52%
2010	2,03%	0,05%	0,89%	0,53%	-0,02%	0,55%	0,06%		2,62%	0,03%	0,89%	1,70%
2011	2,13%	0,21%	0,38%	0,75%	0,17%	0,58%	0,06%		2,94%	0,38%	0,38%	2,18%
2012	1,79%	0,13%	0,52%	0,45%	0,12%	0,33%	-0,06%		2,18%	0,25%	0,52%	1,41%
2013	1,42%	0,51%	0,66%	0,31%	0,40%	-0,09%	-0,01%		1,72%	0,92%	0,66%	0,14%
2014	-0,36%	0,52%	0,49%	-0,14%	0,46%	-0,58%	-0,08%		-0,57%	0,98%	0,49%	-2,02%
2015	-1,97%	-0,20%	-0,64%	0,16%	-0,11%	0,28%	-0,07%		-1,88%	-0,31%	-0,64%	0,90%
Média	1,61%	0,04%	0,28%	0,64%	0,04%	0,61%	0,07%		2,32%	0,08%	0,28%	1,97%